

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER Nº 25/2025

AUTOR: Poder Executivo

RELATOR: Cleverson Baron dos Santos

RELATÓRIO

Vem a exame desta Comissão de Justiça e Redação o Projeto de Lei nº 21/2025, de iniciativa do Poder Executivo Municipal de Capitão Leônidas Marques.

O projeto em análise dispõe sobre a prorrogação da vigência do Plano Municipal de Educação, instituído pela Lei Municipal nº 2.109, de 23 de junho de 2015 e dá outras providências.

Este é o relatório.

VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 21/2025, de iniciativa do Poder Executivo, propõe a prorrogação da vigência do Plano Municipal de Educação (PME) do Município de Capitão Leônidas Marques, originalmente instituído pela Lei Municipal nº 2.109/2015, cuja validade decenal se encerra em junho de 2025. O projeto visa estender a vigência do PME até 31 de dezembro de 2025, alinhando-se à prorrogação do Plano Nacional de Educação (PNE), cuja vigência foi estendida pelo Governo Federal até essa mesma data.

O Plano Municipal de Educação encontra-se atualmente em conformidade com o disposto no art. 214 da Constituição Federal, que trata da elaboração de planos plurianuais voltados para a universalização do ensino com qualidade. A Lei Federal nº 13.005/2014, que instituiu o PNE, estabeleceu como obrigação aos entes federativos a elaboração de seus respectivos planos decenais em até um ano após a publicação da norma, o que foi cumprido pelo Município com a edição da Lei Municipal nº 2.109/2015.

A prorrogação do PNE até 31 de dezembro de 2025 pelo Governo Federal justifica a extensão da vigência dos planos municipais, como forma de garantir a continuidade das políticas públicas em educação e evitar descompassos normativos. O Município de Capitão Leônidas Marques, portanto,

age de forma preventiva e coerente ao propor a prorrogação do PME até a data limite estipulada para o plano nacional.

Importa destacar que tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 2.614/2024, que propõe o novo Plano Nacional de Educação para o próximo decênio. Contudo, a ausência de aprovação e publicação desse novo plano impede a elaboração de um novo PME pelo Município neste momento, tornando prudente a prorrogação do atual.

Do ponto de vista jurídico e técnico-legislativo, o Projeto de Lei nº 21/2025 apresenta-se adequado quanto à sua forma, legalidade e constitucionalidade. Está amparado pela legislação federal vigente e respeita os princípios da continuidade administrativa e da eficiência na gestão pública, conforme previstos no art. 37 da Constituição Federal.

A proposta não infringe qualquer norma de hierarquia superior e se insere no âmbito da competência legislativa do Município, especialmente no tocante à organização de seu sistema de ensino e ao cumprimento das metas educacionais estabelecidas em lei.

Assim, diante do exposto, manifesto parecer favorável à tramitação o do Projeto de Lei nº 21/2025, por entender que atende aos preceitos legais e constitucionais, garantindo a continuidade das políticas públicas educacionais no Município até a definição do novo Plano Nacional de Educação e subsequente elaboração de novo Plano Municipal.

Capitão Leônidas Marques, 28 de maio de 2025.


Cleverson Barón dos Santos

Relator

CONCLUSÃO

A Comissão de Justiça e Redação em reunião realizada em 28 de maio de 2025, após estudo e discussão, manifestou-se "PELAS CONCLUSÕES" do relator, Vereador Cleverson Baron dos Santos, estando favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 21/2025.


Sala de Comissões, 28 de maio de 2025.


Francisco Jair de Campos

Presidente


Cleverson Baron dos Santos

Relator


Revair José Rodrigues

Membro